

Soares "evitou" em 1974 invasão de Moçambique pela África do Sul

Uma iniciativa diplomática tomada pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, uma semana antes de ser assinado em Lusaca o acordo entre o Governo português e a Frelimo, que permitiu a independência de Moçambique, terá impedido a invasão daquele novo país africano pelas tropas sul-africanas.

Nessa altura, o exército sul-africano tinha preparado uma força de intervenção, integrada por helicópteros e carros de assalto, que devia invadir Moçambique para apoiar o grupo de colonos que, em 7 de Setembro de 1974, ocuparam o Rádio Clube de Moçambique, em Lourenço Marques. O objectivo seria, senão impedir, pelo menos dificultar ao máximo a tomada do poder pela Frelimo.

Estas e outras revelações são feitas no último número da revista «Afrique-Asie», em artigo do jornalista moçambicano, Alves Gomes, correspondente no Maputo do semanário português «Expresso».

Segundo o articulista, dois factores terão determinado a suspensão desta iniciativa, que se encontrava em marcha com o estacionamento de blindados na fronteira do porto de Komati. Por um lado, o então chefe dos serviços secretos sul-

africanos, general Van der Berg, tinha feito «uma leitura errada» da conversação mantida, em Lisboa, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares. Por outro lado, o regime de Pretória pensou que esta intervenção teria, a prazo, «um efeito terrível» nas relações com os Estados Unidos, que se mostravam, nessa altura, favoráveis a um processo de negociações abertas sobre a questão rodesiana entre o primeiro ministro sul-africano da época, Vorster e o presidente zambiano, Kaunda.

Soares encontra-se com os serviços secretos

Segundo o relato de Alves Gomes, uma semana antes da assinatura, em Lusaca, dos acordos entre Portugal e a Frelimo, sobre a independência de Moçambique, o então chefe da

diplomacia portuguesa recebeu em Lisboa o general Van der Berg e Kenneth Flowers, respectivamente chefe dos serviços secretos sul-africano e rodesiano. Na presença de Almeida Santos, então ministro português da Coordenação Interterritorial, Mário Soares explicou aos representantes dos dois regimes minoritários racistas que a África do Sul e a Rodésia não poderiam continuar a considerar Portugal como seu aliado na zona, porque Lisboa tinha decidido conceder a independência a Moçambique e a Angola. Mário Soares explicou aos seus interlocutores que, uns dias mais tarde, partiria para Lusaca para assinar um acordo com a Frelimo.

Com base nas informações de Mário Soares, o general Van der Berg, no regresso a Pretória, pediu autorização a Vorster para «sabotar a operação de intervenção em Moçambique que devia ser dirigida pelo actual primeiro-ministro, Pieter Botha». «Van der Berg pensava que, no caso da África do Sul invadir Moçambique, Portugal podia colocar-se ao lado da Frelimo.»

A decisão de Vorster e Van der Berg acabaria por ser revis-

ta, alguns meses mais tarde, à luz da «posição de neutralidade adoptada pelo presidente Spínola em relação aos acontecimentos de 7 de Setembro, em Lourenço Marques». Desta forma, em finais de Agosto de 75, Vorster deu «luz verde ao exército de Botha para intervir em Angola, ao lado da Unita, contra o MPLA». Ao mesmo tempo, Pretória decidia utilizar a Rodésia como ponte de intervenção em Moçambique.

Mário Soares: «Não recebi ninguém dos serviços secretos»

Convidado a comentar os termos do artigo da «Afrique-Asie», o secretário-geral do PS, Mário Soares, prestou-nos o seguinte esclarecimento:

«Não me lembro, concretamente, de ter encontrado o general Van der Berg, citado no artigo da «Afrique-Asie». Seguramente não o podia ter recebido na qualidade que lhe é atribuída de chefe dos serviços secretos, porque jamais aceitei contactar personalidades responsáveis de «serviços secretos» fosse de que país fosse.

Contudo, é exacto que durante a primeira fase da descolonização, em que tive particulares responsabilidades como ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal que fui, até Março de 1975, multipliquei as advertências às autoridades políticas e diplomáticas da África do Sul, a fim de não intervirem no processo de descolonização de Moçambique e de Angola, que então ensaiavam os seus primeiros passos com a obtenção do cessar-fogo nas frentes de combate.

Tanto o ministro Almeida Santos como eu próprio, em cooperação e sintonia, tínhamos então consciência exacta da importância de neutralizar a África do Sul e a Rodésia relativamente aos processos de descolonização de Moçambique e de Angola. Essa posição realista terá contribuído, com efeito, para evitar intervenções militares que seriam catastróficas para os dois países e para a paz na África Austral, evitando do mesmo passo, muitos problemas às centenas de milhares de portugueses que vivem na África do Sul e cujos interesses também nos cumpria e cumpre defender.»

O JORNAL n.º 398 8/10/82